

# Governo desiste de cortar receitas de estados

Ricardo Stuckert

BRASÍLIA — As resistências de governadores, parlamentares e outros líderes políticos às perdas de receita por estados e municípios, como consequência de uma ampla reforma fiscal, levaram ontem o Governo a desistir de encaminhar ao Congresso uma nova proposta de emenda à Constituição, com novo esquema de distribuição da receita. Reunidos no Palácio do Planalto com o presidente Fernando Collor para discutir a reforma fiscal, o ministério e o comando político do Governo decidiram reduzir o alcance das medidas propostas pela equipe econômica, incorporando o que for politicamente viável ao substitutivo elaborado pelo deputado Benito Gama (bloco-BA) às propostas contidas no Emendão.

— Haverá uma arbitragem política — resumiu, ao fim do encontro, o deputado Benito Gama, responsável pela proposta final do Governo a ser votada pelo Congresso.

Durante a reunião, que durou duas horas, os interlocutores de Collor se dividiram em dois grupos. De um lado, os líderes governistas defendiam que o Planalto se concentrasse em uma reforma tributária de emergência, enviando ao Congresso apenas as propostas de mudança de imposto. Assessores do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, queriam uma reforma

mais ampla, com medidas de reformulação da Previdência Social e mudança na distribuição de recursos entre estados, municípios e a União. Collor decidiu que o Governo não enviará nova proposta de reforma fiscal ao Congresso. As sugestões da equipe de reforma fiscal serão aproveitadas em parte no relatório do deputado Benito Gama sobre o Emendão, conjunto de emendas constitucionais elaborado pelo Governo em 1991.

O comando político de Collor já considera excluída, por exemplo, a proposta de reduzir a participação dos Estados e municípios na arrecadação de impostos, proposta por Ary Oswaldo.

Hoje, no Palácio, os assessores de Marcílio voltam a se reunir com os parlamentares governistas e o Secretário de Governo, Jorge Bornhausen, para definir a estratégia de discussão do pacote fiscal. Benito Gama passa, a partir da próxima segunda-feira, a realizar reuniões com secretários de Fazenda dos Estados e de Finanças dos municípios, além de empresários, para decidir que mudanças o governo poderá fazer dentro de sua reforma fiscal. Na avaliação das lideranças governistas, dificilmente serão aprovadas medidas como a união, em um Imposto de Valor Agregado (IVA), dos impostos federais, estaduais e municipais, como o ICMS e o IPI.



Humberto Souto, Jorge Bornhausen e Ricardo Fiúza conversam depois da reunião sobre reforma fiscal no Planalto

Plano é obter consenso ainda antes da votação

BRASÍLIA — O Governo quer discutir exaustivamente a proposta de reforma fiscal com todos os setores sociedade, com o objetivo de que o projeto já chegue ao Congresso pronto para ser aprovado, segundo Ary Oswaldo de Mattos Filho, Coordenador da Comissão de reforma fiscal. Ele esteve reunido ontem no Palácio do Planalto com o presidente Fernando Collor, ministros e lideranças do Congresso, para discutir como será feita a descentralização dos serviços prestados pela União, e o consequente repasse da Receita para estados e municípios, caso seja aprovada esta descentralização.

Apesar da possibilidade de a reforma não ser tão ampla quanto a pretendida, Ary Oswaldo disse que o presidente Collor quer trabalhar com a hipótese de uma reformulação total.

A partir de segunda-feira, Ary Oswaldo vai reunir-se com governadores e secretários estaduais de Fazenda. A primeira reunião será na Bahia, com secretários de Fazenda e governadores do Nordeste. Depois, em Manaus, ele encontrará os secretários de Fazenda do Norte e Centro-Oeste. A terceira reunião será no Rio Grande do Sul, com secretários de e governadores do Sudeste e Sul.